

HISTÓRIA DE VIDA DE UMA RAIZEIRA DO CERRADO: LUCELY PIO E SUA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA

[DOSSIÊ]

Daniel França Oliveira

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Universidade de Brasília

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo tem como objetivo apresentar a vida de Lucely Morais Pio e suas lutas em defesa de direitos territoriais, sociais, culturais e ambientais. Como quilombola e raizeira, Lucely tem enfrentado exclusões históricas que se co-constituem nas contradições e nas desigualdades produzidas pelo colonialismo, modernidade e capitalismo e que ameaçam a existência da sua comunidade, da prática da medicina tradicional, e dos saberes relativos a plantas medicinais e do Cerrado. A partir de diversas formas de compartilhamento da vida de Lucely, identificamos que ela realiza enfrentamentos a partir de uma poderosa e complexa política de resistência, que combina articulações em rede, conexões com antepassados e interações com plantas medicinais. Essa política possibilita que Lucely realize mediações entre diferentes dimensões temporais, o espiritual, o corpo, as plantas, o território, as comunidades, as instituições, o nacional e o global. Sua história de vida e de resistência merecem ser apresentadas, como uma maneira de conhecê-la e de imaginar e construir futuros possíveis.

Palavras-chave: Raizeiras. Medicina tradicional. Cerrado. Histórias de vida. Conhecimento tradicional sobre plantas medicinais.

This article aims to present the life of Lucely Morais Pio and her struggles in defence of territorial, social, cultural, and environmental rights. As a *quilombola* and herbalist, Lucely has faced historical exclusions rooted in the contradictions and inequalities generated by colonialism, modernity, and capitalism, which threaten the existence of her community, the practice of traditional medicine, traditional knowledge of medicinal plants, and the Brazilian Cerrado. Through various ways of sharing Lucely's life, we observe that she faces these struggles through a powerful and complex politics of resistance that combines socio-political networking, ancestral connections, and interactions with medicinal plants. This politics enables her to mediate among different dimensions of time, the spiritual, the body, plants, territory, communities, institutions, the national and the global. Her life story and resistance deserve to be presented as a mean of understanding her experience and of imagining and building possible futures.

Keywords: Herbalists. Traditional medicine. Brazilian Cerrado. Life stories. Traditional knowledge of medicinal plants.

Este artículo tiene el objetivo de presentar la vida de Lucely Morais Pio y sus luchas en defensa de los derechos territoriales, sociales, culturales y ambientales. Como *quilombola* y *raizeira*, Lucely se ha enfrentado a exclusiones históricas arraigadas

en las contradicciones y desigualdades generadas por el colonialismo, por la modernidad y por el capitalismo, que amenazan la existencia de su comunidad, de la práctica de la medicina tradicional, del conocimiento de las plantas medicinales y del Cerrado brasileño. A partir de diferentes formas de compartir la vida de Lucely, se observa que ella se enfrenta a las luchas a través de una poderosa y compleja política de resistencia que combina la articulación en redes, las conexiones ancestrales y las interacciones con las plantas medicinales. Esta política permite a Lucely realizar mediaciones entre diferentes dimensiones del tiempo, lo espiritual, el cuerpo, las plantas, el territorio, las comunidades, las instituciones, lo nacional y lo global. Su historia de vida y resistencia merecen presentarse como una forma de conocerla y de imaginar y construir futuros posibles.

Palabras clave: *Raizeiras. Medicina tradicional. Cerrado. Historias de vida. Conocimiento tradicional acerca de plantas medicinales.*

Introdução

Lucely de Moraes Pio é quilombola da Comunidade do Cedro, raizeira, guardiã de sementes e de saberes, mestra e herdeira da medicina tradicional do Cerrado. Como ela afirma a respeito das raizeiras: *Nós somos herdeiras, não donas!*¹ Essa afirmação nasce de uma resistência construída em rede, a partir da qual se afirma que cerratenses e o Cerrado, embora estejam tão fragilizados, não são meramente produtos de processos históricos estruturados em hierarquias, assimetrias sociais e contradições, como as produzidas pelas relações capitalistas de propriedade. Esses grupos sociais, na realidade, também são sujeitos com agência histórica e que se constituem a partir da transmissão de saberes sobre plantas medicinais entre ancestrais e herdeiras. Essa perspectiva, incluindo a de defesa da conservação do Cerrado, nos aproximou das lutas de Lucely.

A partir de uma abordagem teórica-conceitual do corpo-território, que tensiona os limites políticos e clássicos de escala territorial a partir do corpo como território, e do “território-corpo”, que capta a vida do território e de seres não-humanos (Haesbaert, 2020), objetiva-se apresentar a vida de Lucely e sua atuação política, com enfoque na sua dedicação e luta pelo reconhecimento à prática de cura pelas plantas medicinais e na defesa da conservação do Cerrado. A vida e lutas de Lucely revelam que a combinação de articulações em rede, de relações com antepassados e de uma perspectiva integrada da relação

humano-planta (e não binomial, natureza e cultura / humano e não-humano) se torna uma política de resistência poderosa e singular em lutas socioambientais. Acredita-se que esse é um contraponto necessário diante de ameaças, como a exclusão de raizeiras pelo Estado brasileiro e a ocupação capitalista exploratória, que resulta na morte diária do Cerrado.

A pesquisa possui um caráter qualitativo. Diversas fontes foram consultadas: experiências pessoais, entrevistas, documentos sociais e governamentais, notícias jornalísticas, leis e literatura. A pesquisa foi baseada em um método com bases interdisciplinares, interculturais e interpessoais. Convivemos com Lucely em contextos diversos nos quais ela está inserida, como em sua comunidade, cursos, oficinas, pesquisas acadêmicas e projetos políticos, sociais, culturais e ambientais. A comunicação, nesses encontros, ocorria a partir de um diálogo intercultural entre saberes afro-diaspóricos e campos acadêmicos distintos, como a antropologia e as relações internacionais. Apesar de diferentes contextos, a força de Lucely, ao mesmo tempo aglutinadora e sutil, nos uniu em espaços comuns de luta em consonância com as redes das quais ela faz parte.

Ainda em termos do caráter qualitativo, o artigo se ancora na combinação da abordagem de histórias de vida e de contextos sócio-históricos. Esse método

revela-se um importante instrumento para se realizar investigações qualitativas, dispondo para os pesquisadores dados capazes de produzir conhecimento científico compromissado com a apreensão fidedigna dos relatos e a originalidade

1 As falas de Lucely serão escritas em itálico.

dos dados apresentados, uma vez que permitem, no aprofundamento das investigações, combinar histórias de vida a contextos sócio-históricos, tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam (ou justificam) as ações dos informantes (Muylaert et al., 2014, p. 198).

Na medida em que se passa a conhecer a história de vida de Lucely, assim como sua forma de agir, sentir, falar, pensar e acreditar, passa-se a perceber que ela se movimenta de modo transescalar e trans-temporal. Essa dinâmica dilui as barreiras entre categorias hierárquicas, como o internacional, a linearidade, a cronologia, o determinismo e a separação entre natureza e cultura/humano e não-humano. Esses modos transversais de movimentação utilizados por Lucely e as suas inter-relações, dessa forma, abrem brechas em estruturas aparentemente impenetráveis da modernidade e do capitalismo, o que se torna possível vivendo o dia-a-dia como política, como ela o faz. Um exemplo é, como será discutido, o modo com o qual ela reivindica direitos a partir de uma intermediação entre os espaços das matas, familiar, comunitário, institucional e político.

Esses movimentos são realizados por Lucely como uma semente alada – que é como uma raizeira define a semente de sucupira. Essa analogia pode explicar a forma transescalar com a qual Lucely se movimenta, cortando barreiras que dividem escalas como as político-territoriais que separam hierarquicamente o local e o global, para defender a conservação do Cerrado, assim como a semente de sucupira, em seu voo de semeadura, se desprende da

árvore, cortando linhas de troncos, galhos e vento, para alcançar a terra. A analogia também pode explicar a transtemporalidade das reivindicações de Lucely em espaços de poder que são articuladas a partir dos saberes transmitidos pelos seus antepassados que ela carrega e a co-constitui, assim como a semente de sucupira se reproduz na terra a partir das memórias envolvidas pela sua casca e passadas pela árvore. A sucupira ainda possui uma singularidade, ela só é plantada espontaneamente, sem ação antropogênica, o que reforça a importância de conservação do Cerrado, e pode ser compreendido como uma política da planta. A sucupira se espalha pelo Cerrado, articulando e mobilizando outros seres, para ser semeada, como nos informou um raizeiro: “Difícil de ver a sucupira brotar embaixo da sua copa, mas ela alça voos” e precisa da ação das águas ou de algum animal para ser disseminada e brotar.

A analogia da semente alada pode ser ancorada conceitualmente no corpo-território. O corpo-território é uma abordagem latino-americana das práticas de uso simbólico do território pelas mulheres indígenas e quilombolas em suas reivindicações por direitos sociais, identitários e territoriais. Esse conceito de território amplia a noção clássica disseminada na colonização de expansão e de domínio associada à escala, à lógica estatal e ao capitalismo extrativista (Haesbaert, 2020). Ytxaha Pankararu Braz (2023) traz a importância do conceito corpo-território para o movimento das mulheres indígenas (Lucely também confere essa ênfase política em suas lutas, como será discutido) e analisa que lutar pelo território é lutar pelas vidas indígenas, quando corpo e território se constituem mutuamente. A luta do movimento de

mulheres indígenas no Brasil visa a “cura da terra”, que se dá pela atuação das corporalidades das mulheres indígenas (Braz, 2023, p. 115). Ao mesmo tempo, a associação da dimensão corporal à do território pretende contestar uma abordagem patriarcal da sociedade, rompendo com a exclusividade do poder e do conhecimento pelo homem a partir da ideia de se afirmar a partir do corpo da mulher, relegado historicamente à objetificação e à reprodução, como o primeiro território de “exercício de poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (Haesbaert, 2020, p. 76). O corpo-território ainda pode fazer parte de um jogo que o amplia para o “território-corpo”, que traz a ideia de imaginar a terra como corpo, um “espaço de vida” (Haesbaert, 2020). No caso de Lucely, os conceitos corpo-território e território-corpo podem ajudar a compreender as mediações políticas transescalares e transtemporais que ela promove tanto a patir do corpo como um território quanto do território como um corpo.

Antepassados e espiritualidade

Poderíamos falar da origem de Lucely somente a partir de um tempo linear, indicando cronologicamente, por exemplo, seu lugar de nascimento e sua origem familiar. Mas quando conversamos sobre temas relacionados à origem, sua resposta não remete somente a um tempo linear e cronológico. Ela oferece respostas carregadas de diferentes temporalidades que articulam simultaneamente passado, presente e futuro. Em razão disso, optou-se por relatar histórias de vida de Lucely mais a partir

da perspectiva das temporalidades do que das de linearidade e da cronologia.

Os antepassados são uma dimensão constantemente mencionada por Lucely. Ela conta que sua formação pessoal é baseada em um *tripé*, seu tataravô, sua avó e um padre (Pio, 2022). Sobre seu tataravô, Lucely relata:

Eu não conheci o meu tataravô, o Chico Moleque [Francisco Antônio de Morais], mas, assim, eu hoje... eu não consigo fazer uma fala numa palestra, ou algum ambiente onde eu vá fazer uma fala, eu não consigo fazer uma fala sem eu falar nele primeiro. Eu carrego comigo uma energia muito forte dele comigo. Só que eu não tive o prazer de conviver com ele. Mas, às vezes, eu fecho o olho, eu trago para mim aquela imagem dele na minha mente [...] pra mim eu tenho muito forte que a maioria das coisas que eu faço, eu sempre eu peço permissão pra ele. Eu não sei te falar o porquê disso, mas isso eu penso comigo muito forte. Eu tenho a impressão pra onde eu vou, por exemplo, se eu tô dentro do Cerrado ele tá comigo ali, me orientando que planta que eu vou colher, qual planta que eu vou fazer um remédio. Então tenho isso comigo, é uma coisa minha. Eu quase nem falo, sabe? Porque tem muita gente que nem acredita disso. Eu sinto uma energia dele comigo, sabe? (Pio, 2022).

A presença do tataravô para Lucely, obviamente, tem relação com o parentesco. Desse vínculo, no entanto, derivam muitas camadas. Uma camada é a Comunidade Quilombola do Cedro, onde nasceu e vive Lucely e familiares. Foi Chico Moleque que iniciou a Comunidade do Cedro, no sudoeste

de Goiás, por volta de 1830. Lucely conta que Chico Moleque era um escravizado que conseguiu comprar sua liberdade e terra com trabalhos aos domingos e em dias santos (Pio, 2022). A terra, conta Lucely, não foi ocupada pacificamente, tendo Chico Moleque que confrontar povos indígenas que viviam naquele espaço. Nessa terra, atualmente, localiza-se a Comunidade do Cedro. O espaço ocupado, contudo, é menor que o original, devido à invasão por garimpeiros, coronéis e igreja católica, a qual devolveu parte das terras (Pio, 2022). Também se formou em parte do Cedro a cidade de Mineiros. Lucely diz que o Cedro é um patrimônio construído pelos seus antepassados e que deve ser conservado para futuras gerações como forma de proteção, sustento e segurança (Pio, 2022). A vida de Lucely parece concretizar o anseio de conservação do Cedro em muitas ocasiões. Observou-se esse desejo na forma com que Lucely integra seus netos ao Cedro, a partir de uma relação integrada com as plantas do Cerrado que vivem nesse espaço. Ela caminha com eles pelo Cerrado e tira fotos pelo celular para se aproximar deles e facilitar a identificação de plantas. Assim, promove a convivência com o Cerrado e transmite conhecimento sobre as plantas, que está se perdendo nas novas gerações (Pio, 2022).

Também se percebeu esse anseio nas práticas de replantio de espécies de plantas do Cerrado dentro do Cedro realizadas por Lucely. Essa vontade também pode ser identificada nas lutas contra a expansão agropecuária e imobiliária em Mineiros, que, segundo ela, visam pelo menos evitar que espaços de reserva não sejam degradados e nascentes sejam preservadas (Pio, 2022). A perspectiva de patrimônio para

Lucely, dessa forma, vai além do aspecto clássico, uma vez que não remete ao âmbito privado, possessivo e individual, mas se refere a um aspecto coletivo.

A avó, Maria Bárbara de Morais, compõe mais uma parte do tripé:

A minha trajetória de vida dentro das plantas medicinais foi minha avó [...]. Para mim, ser raizeira é uma herança que a gente recebe dos nosso antepassado, porque é uma forma de aprendizado que passa de geração pra geração, porque não existe uma pessoa falar assim: eu tenho trinta anos de conhecimento, eu vou ser um raizeiro... porque o Cerrado é uma coisa muito complexa, são muito parecidas as planta e pra definir essas planta, cê tem que ter um conhecimento, cê tem que ter uma vivência no Cerrado. Eu falo isso baseado por mim, porque desde os cinco anos de idade eu já ia pro Cerrado com a minha avó. Então, assim, eu aprendi a ser raizeira com ela. Então foi a herança que ela teve da mãe, da avó dela, mais a mãe dela, que hoje foi passado pra mim. Então, é uma herança que a gente recebe dos nosso mais velho e aí a gente dá continuidade (Pio, 2022).

Nota-se que Maria Bárbara orientou as primeiras caminhadas de Lucely ao Cerrado, transmitindo saberes sobre as funções medicinais das plantas e possibilitando que ela se constituísse como raizeira. Essa convivência conferiu um sentido do que é ser raizeira para Lucely: pertencer a uma tradição herdada que deve ter continuidade.

A partir do conceito de raizeira como herança, Lucely também enfatiza a

importância de conservar o Cerrado e manter vivo os conhecimentos sobre as plantas medicinais. Como diz Lucely, a existência da raizeira e da comunidade em que vive depende do *Cerrado em pé*:

O que que eu vejo hoje das matas, do Cerrado... Por que o que que a gente tem no Cerrado? A gente tem as frutas, a gente tem a energia, a gente tem as plantas medicinais que é a nossa farmácia viva. E o que que vai acontecer se o Cerrado continuar sendo devastado, como tá, da maneira que tá sem essa preservação? A gente vai perder a nossa cultura, porque a gente depende, principalmente, nós, lá, do Cedro, a gente depende desse Cerrado em pé, pra gente manter a nossa tradição, de conhecimentos e fazeres, usando os extrativismos do Cerrado. Porque a gente trabalha com a medicina tradicional, com Cerrado em pé. E se derruba ele, daqui a pouco, a gente não vai ter essas espécies. Como que eu vou ensinar para o meu neto, para o meu filho, pro meu vizinho? Como que ele vai fazer uma tintura usando a casca do Jatobá, se não existe o pé Jatobá? Então, por isso é a importância do Cerrado, de manter ele em pé para continuar a nossa tradição oral, que é os conhecimentos e fazer desse repasso, porque assim a gente não é dono. Mas nós somos herdeiros. Então eu herdei da minha avó, que era parteira e benzedeira, raizeira. Então, eu quero que os meus netos aprendam também, eu aprendi para eles ensinar os filhos deles, meus filhos, meus netos. Então, para isso continuar, a gente tem que manter o Cerrado em pé, porque se a gente não tiver o Cerrado, a gente também não tem cultura. E essa cultura

vai morrer, ela vai ser acabada e eles vão depender de quê? Das farmácias químicas?! Então isso é importante de manter esse Cerrado de pé. Então, assim, quando uma cultura morre também é como se toda identidade também, toda uma forma de pensar morre, é muito violento (Pio, 2022).

Destaca-se nessa fala as contraposições às relações capitalistas de propriedade, tanto as que dizem respeito à monocultura extrativista quanto as relativas à propriedade intelectual, uma vez que se afirma a concepção do ofício de raizeira como herança, ao mesmo tempo em que se tensiona a perspectiva de dono da terra e do conhecimento. A relação da raizeira como herança a partir da recusa da ideia de dono de conhecimento não é uma simples narrativa, mas se constitui como política de compartilhamento do conhecimento, a partir da qual se promove resistência e se reivindica diversas formas de direito (Oliveira, 2023), como será visto adiante. O *Cerrado em pé* se soma a essa política como forma de evitar a morte do conhecimento, da cultura e da identidade.

O terceiro elemento do tripé de Lucely é Dom Eric. Padre e biólogo, ele celebrou o casamento de Lucely e foi companheiro no trabalho com plantas medicinais e na defesa da conservação do Cerrado. Lucely relata que, ainda que seu marido não a deixasse sair para trabalhar com plantas medicinais, ela não deixava de ir (Pio, 2022).

Um elemento que subsiste nesse terceiro é a Pastoral da Criança, movimento eclesial de base, em Mineiros, que tinha como foco o autocuidado, a alimentação e a nutrição das crianças a partir do que se

comia no dia-a-dia, inserindo elementos factíveis na vida das famílias. Lucely fez parte da Pastoral, experiência que despertou a vontade de aprimorar um conhecimento que já havia sido transmitido na vida do quilombo:

[...] Foi quando entrei ainda na Pastoral da Criança, quando eu entrei na Pastoral da Criança. Isso foi em 80, acho que foi 89 que eu entrei na Pastoral da Criança. E aí a Pastoral da Criança trabalha com remédio caseiro e alimentação enriquecida, né? Que a gente fala enriquecida com folha e frutos. E aí começou a despertar, então o que que foi a “despertação”, a gente já trabalhava com planta e vivia com isso, mas era cotidiano, né? Quando a Pastoral chegou, ela me levou mais, assim, para pensar, aqui, essa planta aqui poderia juntar com essa e ter um xarope. Essa e essa planta poderia virar um complemento alimentar, né? A multimitura, o caso da multimitura. Então aí me despertou, sabe, a começar. O primeiro curso que fiz de remédio caseiro dentro da pastoral foi lá em Jataí. Isso foi... acho que foi 90, por aí, e aí, eu... daí eu comecei, sabe? Então tive muito apoio, o Bispo era Dom Benedito. Então, ele trouxe a Pastoral para diocese lá e eu fui a primeira pessoa a entrar para coordenar a comunidade. Então eu entrei como coordenadora da comunidade minha lá e aí a Pastoral tem esse incentivo, né? Das plantas medicinais, dos remédios caseiro, chás. E aí eu fui, comecei a fazer um curso, e os padres lá gostavam dessa área, né? De plantas medicinais, de remédio caseiro. Muitas vezes, as primeiras viagem que eu fiz foi com eles, com Dom Rui. Ele pegava, me colocava no carro, e eu ia. E aí, eu fui

mais ele, então, aí que eu comecei a organizar esse trabalho de plantas medicinais através da Pastoral (Pio, 2024).

Foi também o trabalho na Pastoral que provocou o que ela chama de uma transição pessoal, de uma atuação de *linha de frente*, que ela havia exercido nos trabalhos de enfermagem no sistema público de saúde em Mineiros, para o *tratamento de prevenção e cura*, referindo-se ao trabalho como raizeira (Pio, 2022).

Com relação aos antepassados, a primeira ideia é pensar que são pessoas que ficaram para trás. Lucely, no entanto, traz os antepassados de uma forma ampla em suas falas, tensionando primeiro a ideia de que esse conceito está ligado só a pessoas físicas, que já se foram; essas permanecem, todavia, como entidades com quem conversa, sonha, sente a presença e a inspiram a atuar. Ela também contesta a relação de antepassados exclusivamente com um passado estático, que já ocorreu, não retorna e nem é dinâmico. Ao contrário, Lucely relaciona, de forma simultânea, passado, presente e futuro a partir de seus antepassados. Com seu tataravô, ela relaciona *energia, imagem, respeito e orientação*; com a avó, Maria Bárbara, a continuidade da raizeira como herança e o Cerrado em pé. Essa relação temporal, perceber-se-á, é articulada muitas vezes por ela como política.

A dimensão temporal ativada pela relação com os antepassados perpassa sentidos complexos de Lucely relativos ao Cerrado, reconhecendo esse espaço como um ser (Cerrado-corpo) que subsiste nos elementos do tripé de formação dessa raizeira. Viver no Cerrado com os antepassados permitiu a construção de uma

corporalidade que sente, ouve, toca, cheira e prova os elementos vivos do Cerrado. Essa corporalidade de raizeira está relacionada com um sistema de conhecimentos que atua no nível da lógica do sensível, das propriedades do sensível ou unidades perceptuais (Cunha, 2009). Pode-se dizer que incorpora as dimensões sensíveis da experiência humana em uma abordagem única, que não se baseia nem em abismos ontológicos, pois reúne entidades, pessoas e plantas; nem epistêmicos, pois reúne física, filosofia e saberes dos antepassados. A lógica do sensível que marca o ofício de raizeiras atua nas relações entre pessoas, outros seres e coisas como concebidas e guiadas por uma finalidade cognitiva e sensitiva. Por conseguinte, seguindo o argumento de Lévi-Strauss (1989) e toda sua discussão sobre “lógica do sensível”, pode-se afirmar que as raizeiras são movidas por exigências intelectuais, realizam uma observação exaustiva e um inventário sistemático das relações e das ligações entre elementos. E essa organização do pensamento está ancorada em um senso estético por meio de sabores, odores, sensações táteis, visuais e sonoras que permitem uma leitura do mundo.

Lévi-Strauss analisa que toda técnica – de cerâmica, tecelagem, agricultura, pesca, caça, domesticação de animais e podemos incluir de raízes – supõe séculos de observações ativas e metódicas, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las por meio de experiências incansavelmente repetidas:

[...] para elaborar técnicas muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos

ou ainda utilizar essa toxicidade para a caça, a guerra ou o ritual, não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do conhecimento) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (Lévi-Strauss, 1989, p. 30).

A corporalidade de uma raizeira permite um sistema de saber e atua no nível do sensível, em uma observação acurada intensa e ao longo de toda sua vida sobre as formas de interação entre animais, plantas, minerais e pessoas, que criou um conhecimento que destrincha a vida nos períodos da seca e da chuva, quando se deve coletar ou cultivar uma planta. Esse tipo de interação pode ser vista em práticas e falas de Lucely. Esse sistema de conhecimento se revela no conceito de lógica do sensível de Lévi-Strauss (1989). E vem, de acordo com Lucely, de uma relação espiritual com seus antepassados que é reavivada no presente. Ao compreender que essa relação se expande também para uma vida integrada ao Cerrado, se percebe que a luta de Lucely pela defesa da conservação desse espaço se sustenta em múltiplas temporalidades não-humanas e humanas, que se integram e intersectam, compartilhando saberes e cuidado.

As dimensões articuladas por meio da relação espiritual com antepassados se expandem para diversos outros espaços em que Lucely atua. É possível perceber como essa intermediação opera nos atendimentos que Lucely realiza em uma clínica:

Porque, assim, você não está comprando uma planta. A natureza está te dando. Porque o remédio caseiro é para dar acesso para mais pessoas. Você vê uma pessoa vendendo uma garrafa de xarope por 50 reais, então, você vai na farmácia, tem xarope de 20, 16. Então, assim é uma coisa que não entra na minha cabeça. E meu pensamento é diferente, porque, assim, você compra uma rapadura, com a rapadura dá para fazer dez litros de xarope. Então porque é que você vai vender o vidro de xarope desse tamanho de 25 reais? Porque você não poderia vender de 15 ou de 10? Que mais pessoa iria comprar? E você estava ajudando mais gente. E, por exemplo, com dois vidros você paga uma rapadura. Se põe o cravo e a canela, cê tira dois vidros pros custos, porque tem o gás, mas os outros dão pra mode cê tirar o lucro pra fazer outras coisas e investir em outra coisa. Eu sou muito diferente dessa realidade do povo, de cobrar, de vender. Eu falo assim que meu sonho, e eu acho que, tenho certeza que Deus vai proporcionar isso pra mim, de não cobrar nada de ninguém. Sabe, assim, de ter o meu projeto aqui, sair do aluguel, ter uma forma pra que eu não cobrasse nada de ninguém dentro do meu espaço... Eu não concordo com muita coisa, porque as coisas vêm de Deus... e a energia que ainda pra nós é Deus... Então, você tem que cobrar o essencial pra se viver e pra repor aquele material (Pio, 2022).

O que Lucely chama de meu espaço é um projeto de construir um centro transdisciplinar de plantas medicinais para pesquisa e atendimento na Comunidade Quilombola do Cedro (Pio, 2022).

As intermediações com a espiritualidade realizadas por Lucely também são

articuladas em atendimentos a pessoas que frequentam, como chamam no Cedro, uma casa de oração de umbanda, localizada no quilombo:

Também vale mencionar que Lucely faz um trabalho com plantas medicinais em uma casa de oração de matriz religiosa afro-brasileira. Observamos que Lucely não cobra nenhum valor nos atendimentos ou remédios eventualmente usados com as pessoas nesse local. Um dos pais de santo dessa casa é Hildebrando, seu tio, raizeiro que já mencionamos, e que também afirmou não cobrar nada nos atendimentos. Ambos pedem contribuições voluntárias, em especial, para reposição de velas. Hildebrando diz que, se não puder doar velas, o pagamento é esse aqui ó: Deus faz por nós (Oliveira, 2023, p. 499).

A relação de Lucely com as plantas medicinais a partir da conexão espiritual possui uma centralidade e particularidades que merecem reflexão. Ela afirma que o *espírito da planta* pode ser percebido por meio de seu odor. Conta também que sua avó dizia que as *plantas se revelam* (Pio, 2022). E conclui, em fala destacada por Vignoli (2024), *as plantas são seres vivos, portanto, têm alma*. Essas falas ilustram a perspectiva de que a planta também possui vida (Cerrado-corpo) e produz conhecimento. Um exemplo é a coprodução de conhecimento que está no relato de Lucely sobre como aprendeu a ser raizeira a partir do sintoma da doença. Ela conta que aprendeu a ser raizeira a partir da identificação da doença da pessoa, o que possibilita que ela busque a indicação de uso da planta pela sua fisionomia. Para ilustrar essas relações, ela fala da associação entre a dor nas costas e o cipó chamado *escada de macaco* (Pio, 2022).

A relação com as plantas medicinais se expande para vários espaços da vida de Lucely. Desde 2010, ela participa como mestra raizeira na disciplina “Encontro de Saberes” (Carvalho; Vianna, 2020). A disciplina foi criada na Universidade de Brasília (UnB) pelo professor José Jorge de Carvalho e é uma iniciativa pioneira que buscou atender uma proposta da Câmara Interministerial de Educação e Cultura, que consiste “no convite de sábios indígenas e afro-brasileiros para ministrar aulas regulares nas Universidades, estabelecendo um diálogo intercultural sistemático com a academia”², trazendo uma perspectiva antirracista, política, pluripestêmica e pedagógica para as universidades, que contraria exclusões enfrentadas por civilizações diante da invasão colonial (Albernaz; Carvalho, 2022). Lucely atua na disciplina como mestra de saberes a partir da “saúde e cura pelas plantas medicinais”. No entanto, como afirmam Carvalho e Viana (2020), Lucely, como mestra dos saberes, não atua de forma fragmentada, como professores da academia, mas sim com base em uma “transdisciplinaridade de saberes”, cujo centro é a saúde e cura pelas plantas medicinais, a partir do qual orbitam concomitante e alternadamente a psicologia, a farmácia, a medicina, a botânica, dentre outros campos. Segundo Carvalho e Vianna (2020), mestres e mestras, como Lucely, são polímatas. A polimatia é a:

capacidade de dialogar com diferentes áreas do estilo fragmentado do saber

² Disponível em: https://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/7248-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT. Acesso em: 10 jan. 2025.

científico cultivado nas universidades; e desafia-nos concretamente ao exercício da reintegração ou religação dos saberes em uma perspectiva transdisciplinar (Carvalho; Vianna, 2020, p. 29).

Carvalho et al. (2020, p. 142) relatam como Lucely relaciona psicologia e farmácia a partir da cura e das plantas medicinais de modo transdisciplinar em cursos:

Já na primeira edição da disciplina Encontro de saberes na UnB, em 2010, convidamos uma mestra raizeira, Lucely Pio, grande conhecedora das plantas medicinais do cerrado. Polímata, como são quase todos os mestres, Lucely não apenas domina o saber farmacêutico, da manipulação dos princípios ativos e das dosagens dos remédios que produz (tinturas, chás, pomadas), como atua também como terapeuta, combinando habilidade sensitiva e intuitiva com escuta atenta, além de dinâmicas individuais e coletivas de sensibilização, colocando todo o seu saber a serviço não da pesquisa impessoal ou mercantilizada da ciência farmacêutica ocidental, mas da cura, da ativação da dimensão espiritual dos estudantes e dos professores que participam de suas aulas. Na última edição da disciplina, em 2018, Lucely concentrou-se explicitamente em preparar remédios para curar os alunos, pois percebeu-os profundamente adoecidos, em todos os planos: fisicamente desenergizados, psiquicamente perturbados, emocional e afetivamente bloqueados e espiritualmente perdidos.

Lucely também tem realizado, como mestra raizeira, palestras e cursos diversos e em diferentes instituições.

A relação de Lucely com plantas também passa por uma dimensão pedagógica realizada pelas próprias plantas. Como afirma Mejia (2024, p. 48), Lucely “concebe que a relação com as plantas e com o cosmo se faz por troca de energia que interfere tanto no princípio ativo das plantas como no aprendizado com as plantas. “Tudo possui energia” – ela destaca a fala da mestra. Mejia (2024, p. 79) dá exemplos da relação que chama de “pedagógica vivencial”, como a busca por Lucely da “harmonia energética”, como em caminhadas para identificação de plantas, em que ela desperta inalação de óleos aromáticos de plantas antes de iniciar o processo de aprendizado com as plantas medicinais do Cerrado. Nos espaços que Lucely atua, como ocorreu em uma oficina de tintura para mulheres, ela ainda busca, além da “harmonia energética”, fazer escutas:

despertar reflexão interna [e promover, inclusão dos autores] conexão coletiva para ampliar a construção dos conhecimentos sobre a relação do ser humano com a natureza, fortalecendo os saberes e práticas tradicionais com a identificação, colheita e manipulação de plantas medicinais do Cerrado (Mejia, 2024, p. 80).

Reivindicação de direitos e formulação de políticas públicas

Como vimos, a história de vida de Lucely está emaranhada em lutas contemporâneas que se originaram em contextos sócio-históricos vividos por antepassados. Como afirma Tilly (1999, tradução nossa),

alguns grupos sociais estão emaranhados no que se chama de “desigualdade durável”³. Esse conceito busca explicar como, em razão do “controle do acesso a recursos com valor produtivo”, algumas desigualdades “duram de uma interação social para a outra, com atenção especial a aquelas que persistem ao longo de toda uma trajetória, história de vida e organizações históricas”, a exemplo das categorias raça, origem étnica, e religião (Tilly, 1999, p. 3-4, tradução nossa)⁴. Lucely, ainda que esteja emaranhada em desigualdades duráveis, consegue se articular como sujeito a partir de processos pessoais de despertamento de memórias e de ampliação de consciência relativa à reivindicação de direitos. Aos poucos, como será discutido, ela se conscientiza e passa a conscientizar sobre a luta por uma miríade de direitos e de políticas públicas que podem contestar e reparar desigualdades, engajando-se na participação em redes coletivas, uma delas, a Articulação Pacari, fundada por ela em conjunto com outras pessoas, na década de 1990.

Os contextos sócio-históricos, a partir dos quais emergem direitos reivindicados por Lucely, são construídos por exclusões e desigualdades sociais que se intersectam em múltiplos campos e escalas. Raizeiras e raizeiros, enquanto sujeitos de origem indígena e afro-diaspórica, sofreram historicamente

³ “durable inequality”.

⁴ “[...] control access to value-producing resources [...] inequalities [...] that last from one social interaction to the next, with special attention to those that persist over whole careers, lifetimes, and organizational histories”.

exclusão da biomedicina⁵, que preponderou na formação científica, médica e sanitária brasileira. A exceção foi no início do século XIX, em que se aceitava (com hierarquias) uma pluralidade de sistemas de conhecimentos na medicina no Brasil. Isso ocorreu no período do Fisicatura-Mor, que regulava práticas de cura e saúde e operou no Brasil de 1810 a 1828. A instituição permitia a coexistência de médicos, de posição mais valorizada, e de curandeiros, de posição menos valorizada (Pimenta, 1998). Nesse período, o racismo científico, um racismo hierarquizado e justificado pela biomedicina, era um pilar da estrutura ordenadora de organizações científicas que difundiam e sustentavam a hegemonia europeia-occidental (Silveira, 1999), que se expressava de diversas formas, como nas classes e instituições médicas no Brasil, que tinham influência junto ao Estado, na construção de regras sanitárias-científicas, que deslegitimavam práticas de cura não-oficiais (Sampaio, 2001).

Sob a vigência de uma Constituição do Brasil de 1934, que determinava a eugenia como prática de Estado, foi estabelecido

⁵ Usaremos o conceito de biomedicina de Buchillet (1991, p. 24): “Na perspectiva ocidental a doença é, com efeito, a resultante de uma anomalia de estrutura e/ou de função de um órgão ou de um sistema orgânico determinado, os sinais desta anomalia ou desta disfunção tendo o valor de indicadores da doença. A doença é similar de um indivíduo para outro, qualquer que seja seu suporte (a pessoa), e independentemente do contexto sociocultural no qual ela evolua. Para isolar e construir seu objeto de estudo (a doença) e atingir a essa concepção da doença como anomalia orgânica ou bio-fisiológica, desligada de todo suporte ou contexto, a medicina ocidental teve que se destacar tanto da sociedade, como da magia e da religião assim como o demonstraram numerosos trabalhos de historiadores da medicina”.

o Código Penal do Brasil (1940), que torna práticas de cura, como a das raizeiras, um crime. Há relatos de repressões policiais, contra “curandeiros”, mormente praticantes de candomblé, entre 1938 e 1970, como mostram documentos pesquisados em arquivos na Bahia (Oliveira, 2010). Também há relatos sobre fiscalizações de cunho violento, entre a década de 1990 e 2000, em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) fechava farmacinhos (locais de produção de remédios caseiros), como ocorreu na ocasião em que a Vigilância teria fechado a Pastoral de Saúde em que Lucely trabalhava (Dias, 2022). Em razão dessas violências, raizeiras tiveram que encontrar estratégias para não serem punidas e poderem continuar a exercer suas práticas de cura, como fez Lucely ao realizar diversos cursos de terapia e obter certificados, como o de geoterapeuta, prática que combina com as de raizeira, para poder atuar sem ser ameaçada (Oliveira, 2023; D’Almeida, 2018).

As exclusões históricas relativas à terra também fazem parte dos direitos reivindicados por Lucely. Em 1850, a Lei n. 601 – a Lei de Terras – difunde a obrigatoriedade do registro do cartório de compra e venda para ter o título da posse de terras devolutas, inalcançável para as comunidades tradicionais rurais (Almeida, 2004). Essa lei institucionalizou as desigualdades agrárias no país, impossibilitando que indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais conseguissem o direito à terra e permitindo a expulsão desses grupos, que já enfrentavam a escravidão.

Cerratenses têm sentido efeitos das assimetrias da história territorial do Brasil. No século XX, especialmente, a partir da

década de 1950 e 1960, quando se dá início a um processo de urbanização que alcança a região central do Brasil, leis de terras, incluindo as que ampliaram a possibilidade de aquisição por estrangeiros, são combinadas com o avanço da mineração e da agropecuária como instrumentos de ocupação do Cerrado. O avanço da agropecuária no Cerrado, a partir de atividades, como as plantações da soja e da cana-de-açúcar, que data de 1960, ocorre a partir da chamada modernização do setor agrícola brasileiro e ganha contornos diferentes, com a institucionalização desse processo pelo Estado e com a entrada do capital estrangeiro, que a partir de 1980 abriu espaço para a concentração e a apropriação de terras por empresas transnacionais no Cerrado (Clements; Fernandes, 2013).

Normas de leis de terra, da década de 1970 e 1980, como a Lei n. 5.709 de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros residentes no país, também possibilitaram a expansão da monocultura no Cerrado, a partir da abertura para capital estrangeiro, fenômeno referido na literatura como *land grabbing* (Clements; Fernandes, 2013) em português, apropriação ou grilagem de terras. Essa expansão não só ocorre em termos econômicos, mas também ambientais. Coutinho (2006) ressalta que o entendimento político e legal do Cerrado, expresso, por exemplo, pelo art. 225, da Constituição Federal do Brasil (1988), não considera esse bioma como patrimônio nacional, como a Amazônia e a Mata Atlântica, o que contribui para que se desconsidere as suas heterogeneidades e ampliasse espaços para a expansão de atividades agropastoris, aumentando, assim, a possibilidade de extinção de florestas. Rever esse dispositivo constitucional com a inclusão do Cerrado converge com o teor das bandeiras políticas de Lucely.

Essas dinâmicas de desigualdade se reforçaram ao se intercruzarem com a propriedade intelectual. Desde a emergência do Acordo de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), de 1995, a propriedade intelectual se projeta mundialmente como um direito de propriedade relacionado a mercadorias “criadas” ou “inventadas”, incluindo produtos farmacêuticos, o que possibilita que donos desses direitos impeçam terceiros de usar, desenvolver e/ou comercializar entre e dentro de países o produto ou serviço protegido, se não comprá-lo ou pagar uma licença por ele. Esse acordo possibilita, dentre esses outros direitos, a apropriação da vida por meio das patentes de invenção, a exemplo das patentes de sementes geneticamente modificadas.

A intersecção entre os mecanismos de monopólio da vida com base nas patentes e a ampliação da ocupação de terras pela propriedade privada (inserida na colonização) permite que uma roupagem particular do capitalismo seja reproduzida. Designada como neo-agro-colonialismo, essa dinâmica promove uma agricultura baseada no “controle e na manipulação” da vida em uma escala molecular na terra, o que possibilita a reprodução transnacional do capitalismo em espaços como o bioma do Cerrado e sua transformação em plataformas de exportação de recursos e de vida (Pfrimer; Júnior, 2017). Efeitos desse tipo de agricultura transnacional, como a especializada no cultivo da soja transgênica, como aponta Lucely, limpam cada pedacinho do terreno que recebe as sementes, tirando *plantas do Cerrado que não podem ser replantadas, como a sucupira* (Pio, 2022). Como ação política, Lucely tem atuado com produtores de soja no Cerrado para evitar

o desmatamento de plantas medicinais e para que passem a cultivar plantas típicas desse espaço, como o jatobá, que gera uma gama diversificada de produtos, a exemplo da farinha, que pode ser comercializada e gerar renda.

As normas de patentes difundidas pelo ADPIC também têm possibilitado a biopirataria, “pilhagem do saber” baseada na “criatividade da natureza” e nas culturas de povos indígenas e outras comunidades (Shiva, 2001). Esse roubo de saberes ocorre como forma de viabilizar e acelerar investigações (Plotkin, 1991) e, consecutivamente, a apropriação pela patente. Sob uma perspectiva histórica, o processo de construção dessa forma de pilhagem ocorreu, na realidade, de forma mais ampla, sendo as patentes um dos veículos a partir do qual ela se expandiu, o que veio a ocorrer, pelo menos com as patentes da vida, a partir da década de 1970. A literatura trata sobre como investigações de naturalistas, no âmbito do colonialismo europeu, têm sido utilizadas historicamente para prospectar, classificar e comercializar plantas medicinais e os saberes relativos à cura (Schiebinger, 2011). A forma com que isso ocorria na colonização demonstrava uma profunda assimetria de poder e violência, a exemplo da “manipulação” e da “coação” de escravizados negros traficados da África e povos indígenas do espaço atlântico, grande parte das vezes mulheres, por médicos botânicos europeus, para extrair saberes sobre remédios com base em plantas medicinais, o que Schiebinger (2011) chama de “zonas de biocontato”. Wissenbach (2012, p.1) identificou que “saberes-médicos” de escravizados africanos “circulavam e se propagavam como forma de tratar ‘brancos nos contextos dos climas tropicais e intertropicais’

e como forma de cuidar de escravizados traficados para não ter ‘prejuízos’, devidos ao ‘alto índice de mortalidade’ em travessias marítimas” (Wissenbach, 2012, p. 2). Lucely faz uma crítica sócio-histórica e construída em rede a essas violências a partir da ideia coletiva de que “o conhecimento tem herdeiros, não donos” (Dias; Laureano, 2014), como veremos adiante.

Nesses contextos sócio-históricos, grupos sociais têm buscado reivindicar seus direitos, como ocorre a partir das articulações em rede das quais Lucely participa. Na escala mundial, estabelece-se, em 1989, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção 169 da OIT traz normas importantes, como a possibilidade de autoidentificação por povos, relativo à consciência e ao reconhecimento identitário, e o mecanismo de consulta prévia e informada, concernente à obrigação de que instituições devem consultar povos e suas legislações, antes de realizarem ações que os afetem.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a Conferência de Estocolmo, que foi um marco do ambientalismo. Sua importância está no lançamento das bases de uma agenda ambiental de novos temas, como mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, ainda que sinalizem a fase de apropriação molecular do capitalismo como ameaça aos saberes de grupos sociais (Porto-Gonçalves; Leff, 2005).

Em 1992, realiza-se, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Nessa

conferência, estabelece-se a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)⁶. Mais ampla do que Estocolmo, a CDB foi um marco do socioambientalismo⁷ nas normas internacionais. Os objetivos da CDB são a conservação da biodiversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a implementação dos mecanismos de repartição justa e equitativa dos benefícios (ABS), derivados da utilização dos saberes tradicionais associados a recursos genéticos. Esse último item é relevante na medida em que é uma exigência legal para acesso aos saberes tradicionais associados a recursos genéticos por parte de pessoas e instituições que desenvolvam e comercializem patentes.

O Protocolo de Nagoya, estabelecido em 2010, também é uma importante norma internacional socioambiental. A norma detalha o funcionamento do mecanismo de ABS da CDB, como a determinação de levar em consideração os protocolos comunitários, que reúnem normas costumeiras de povos e comunidades.

⁶ O Brasil aprovou a CDB em 1994.

⁷ O socioambientalismo possui várias correntes ao redor do mundo (Williams, 1998). A corrente brasileira do socioambientalismo “nasceu e se desenvolveu principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, em virtude de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista. Seu surgimento pode ser identificado com o processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988. O socioambientalismo desenvolveu-se a partir da concepção fundamental de que um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução das desigualdades sociais e promover valores como justiça, ética e equidade social” (Santilli, 2005, p. 174).

Lucely, ao ser questionada sobre o que pensa a respeito da concepção de conhecimentos tradicionais associadas a recursos genéticos trazida pela CDB, afirma que, apesar de a lei ser importante:

o conhecimento, a natureza, está tudo ligada uma coisa com a outra. Tudo é uma coisa só. Não tem esse detalhamento. Porque pra nós todos, e ela sabe que a gente trabalha com todos os seres ligado um com o outro, não tem uma separação. A gente lida com a natureza, a mãe natureza, que ela já traz todos os elemento pra gente, e o que a gente precisa pra sobreviver, né? Então, a gente não precisa de associar uma coisa por outra, porque ela já tá ligada uma coisa na outra. Se você ver o que as palavras trazem, eles não vê a natureza como um todo, os povos, os elemento. Pra eles, não é junto, eles separaram e, depois eles querem pegar cada e um bolo só (Pio, 2022).

Por fim, na escala mundial, pode-se citar a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003⁸. A Convenção da UNESCO de 2003 tem como finalidade principal “a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”⁹. Uma outra ação política em rede

⁸ O Brasil aprovou a Convenção da UNESCO de 2003 em 2006.

⁹ Esse conceito deve ser entendido, segundo a Convenção da UNESCO de 2003, como as práticas, representações, expressões, saberes e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. A concepção de que países,

na qual Lucely está envolvida é transformar o ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado em patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Na escala nacional, também emergem, a partir da década de 1980, direitos sociais e culturais relacionados à identidade, ao território e aos saberes de povos indígenas, quilombolas e outros grupos sociais. Quilombolas passam a ter direito à propriedade definitiva (e não mais à tutela) sobre as terras que ocupam tradicionalmente, conforme está indicado no Art. 68 da Constituição. O reconhecimento da Comunidade Quilombola do Cedro pelo governo brasileiro é um exemplo da efetivação desses direitos, embora esse processo tenha sido concluído só em 2024, conforme a Portaria nº 944 de 31 de dezembro 2024 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e falte recursos financeiros para fazer a restituição das terras aos quilombos ocupadas ilegalmente (No atual ritmo [...], 2023). Esse processo impede projetos comunitários, como o sonho de Lucely de transformar, por meio de reflorestamento, parte do território invadido do Cedro em um espaço comunitário de coleta de plantas medicinais do Cerrado.

Dentro desses contextos históricos, as organizações e as redes das quais Lucely participa começam suas atividades na década de 1990 e possuem atuação social e/ou política ligada majoritariamente (embora não somente) ao trabalho com plantas medicinais, e/ou à defesa da

povos, comunidades e indivíduos possam proteger “seu patrimônio cultural” buscando reparar o discurso “patrimônio de toda humanidade” da Convenção da UNESCO de 1972.

conservação do Cerrado. O primeiro projeto que Lucely participa é o Centro de Plantas Medicinais. O Centro foi construído, em 1997, na Comunidade do Cedro, como um “centro comunitário de estudos e produção de medicamentos a partir de plantas do Cerrado” e de promoção e resgate do uso tradicional dessas plantas¹⁰. Os recursos usados foram doados pelo Global Environmental Fund (GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente, em português) e captados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS), que é operacionalizado pelo Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e que apoia projetos de base comunitária e ações que combinam sustentabilidade e biodiversidade¹¹. Lucely não sabia como ia gastar o recurso. Articulou, então, a participação de Lourdes Laureano no projeto de construção do Centro de Plantas Medicinais (Pio, 2022). Lourdes era professora da Universidade Católica de Goiás e trabalhava em um laboratório de plantas medicinais do Cerrado. A cooperação entre Lucely e Lourdes dura até hoje, como será relatado adiante.

A outra iniciativa da qual participa Lucely é a Articulação Pacari, uma rede socioambiental “cuja dinâmica principal é representar as raizeiras e apresentar suas demandas e propostas em espaços de inserção em políticas públicas” (Dias; Laureano, 2014, p. 5). A Articulação Pacari – Raizeiras do Cerrado¹² foi criada em 1999 a partir da articulação entre a Rede do

¹⁰ Fundo Ecos (2025).

¹¹ Fundo Ecos (2025).

¹² A rede de raizeiras era denominada de Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado até 2018.

Cerrado e a Rede de Plantas Medicinais da América do Sul (Dias; Laureano, 2009). A Rede do Cerrado é uma organização não-governamental composta por representantes de povos indígenas, de quilombolas, de comunidades tradicionais e de organizações civis que atuam no Cerrado e que possuem o objetivo de conversar esse espaço, de promover modos sustentáveis de vida e propor, monitorar e avaliar políticas públicas relativas a esse bioma. A Rede do Cerrado surge a partir da assinatura do Tratado dos Cerrados, que define compromissos para o enfrentamento das ameaças ao Cerrado. Esse Tratado foi aprovado por entidades civis no Fórum Global 92, no contexto da CNUMAD¹³.

A Rede de Plantas Medicinais da América do Sul (REDE), por sua vez, foi constituída, em 1998¹⁴, por organizações não-governamentais da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, e do Uruguai envolvidas no trabalho com plantas medicinais (Red de Plantas Medicinales del America del Sur, 2005). Os processos históricos descritos anteriormente, sobretudo, a crescente degradação de ecossistemas e os processos de “apropriação indevida” de saberes de povos indígenas e comunidades, tinham uma relação forte com a criação da REDE, o que fica claro no princípio estabelecido entre seus participantes de recusar “qualquer forma de propriedade intelectual sobre a vida” (Red de Plantas Medicinales del América del Sur,

2005, p. 13-14). A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE-ITA) representava o Brasil na REDE. A REDE-ITA era uma entidade filiada à Rede Cerrado. A Rede foi criada com o apoio financeiro e metodológico – realização de pesquisas de plantas medicinais – de uma agência do governo canadense, o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (CIPD) (Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas; Articulação Pacari - Plantas Medicinais do Cerrado, 2004).

Lucely teve uma função importante na formação da Articulação Pacari, da qual foi uma das “sócias-fundadoras”, como ela descreve. D’Almeida (2018, p. 2013) traz uma fala de Lucely que relata de forma pormenorizada como foram os primeiros encontros de alguns dos participantes da Articulação Pacari:

Lucely relata que seus atuais integrantes se conheceram durante um workshop realizado em sua própria comunidade, o Quilombo do Cedro, em Goiás. Sua realização, segundo ela, foi possível graças a uma quantia em dinheiro que havia restado de um projeto por meio do qual foi construído o “Centro Comunitário de Plantas Medicinais” daquela comunidade. Para sua organização contaram com o apoio e parceria da Fundação Integrada de Ensino Superior (FIMES), universidade local cujos funcionários, segundo explicou, já possuíam experiência em organizar este tipo de evento. Tal instituição, por meio de seu curso de Agronomia, já mantinha contato com pessoas de outras universidades que desenvolviam “trabalhos com plantas medicinais” e a eles destinou os convites para participarem do workshop. Lucely recorda que, depois de transcorrido

¹³ Rede Cerrado (2025).

¹⁴ Em 1998, era chamada de Rede de Plantas Medicinais do Cone Sul, passando a ser designada como Rede de Plantas Medicinais da América do Sul em 2004 (Red de Plantas Medicinales del América del Sur, 2005).

o evento, os participantes se perguntaram como fariam para dar continuidade àquelas discussões que haviam iniciado e, diante desta questão, surgiu a ideia de “tirar um grupo”. Dentre os interessados em integrá-lo estavam Lourdes (à época professora da Universidade Católica de Goiás), Jaqueline (representando a REDE), Fernando (representando a REDE), Irene Maria dos Santos (representando a Rede Cerrado), Mauro Pires (representando o Instituto Brasil Central [IBRACE] e a Rede Cerrado) e Maria Antonia (representando o Movimento Popular de Rio Verde – MOPOV). Este grupo inicial representou, segundo Lucely, o início de uma articulação que começava a se formar e que recebeu inicialmente o nome de “Rede de Plantas Medicinais do Cerrado”. Já no ano seguinte, em 1999, seus integrantes organizaram uma reunião na cidade de Montes Claros (MG) que acabou por agregar ainda mais membros ao grupo inicial. A partir de então, contando com um número maior de pessoas, passaram a se reunir com maior frequência, organizando um evento na Universidade Católica de Goiás (UCG) e um encontro que teria reunido apenas raizeiras e raizeiros do cerrado.

A Articulação Pacari tem atuado em “pesquisas, intercâmbios, capacitações, publicações, encontros e participação em espaços políticos” (Dias; Laureano, 2009). A Farmacopeia Popular do Cerrado¹⁵, que é “um sistema de registro dos recursos terapêuticos

¹⁵ A designação de Farmacopeia Popular foi dada como uma forma de mostrar o potencial medicinal da biodiversidade brasileira, que não é retratada na Farmacopeia Brasileira, usada por instituições públicas e privadas como instrumento de segurança na identificação de medicamentos (Dias, Laureano, 2010).

do Cerrado e conhecimentos tradicionais associados” a recursos genéticos, é um documento que foi elaborado com o apoio da Articulação Pacari a partir de capacitações, encontros e pesquisa popular¹⁶. A elaboração desse documento foi realizada por meio de um “registro participativo” de monografias de plantas medicinais do Cerrado feito por representantes de comunidades desse bioma, que foram denominados de “pesquisadores populares e autores sociais” – Lucely é um desses autores (Dias; Laureano, 2014).

O principal objetivo da Farmacopeia é seu uso no dia-a-dia pelas comunidades que praticam a medicina popular (Dias; Laureano, 2009). Contudo, durante a elaboração da Farmacopeia, que contou com capacitações a pesquisadores populares e autores sociais, foi identificada a carência de políticas públicas no trabalho realizado pelas comunidades com plantas medicinais. Essa constatação passa a gerar um processo de desenvolvimento de formas de influenciar políticas públicas a partir da ocupação de espaços políticos, relacionados prioritariamente para viabilizar a prática da medicina popular, que incluem temas como a conservação do Cerrado e a regulação do acesso a conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos (Dias; Laureano, 2009). A Farmacopeia, dessa forma, é um documento que contem normas e políticas comunitárias, baseadas em acordos coletivos e objetivos políticos. As políticas que seriam o foco da Articulação Pacari na Farmacopeia eram: a Política Nacional de

¹⁶ A pesquisa popular é um estudo de “um tema que seja de interesse da comunidade e que seus resultados tenham aplicação na vida de seus moradores” (Dias; Laureano, 2009, p. 57).

Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída pelo Decreto n. 5.813/2016, que regulamenta uso, produção e comércio de plantas medicinais, a Medida Provisória 2.186-16/2001, que regulava o acesso ao conhecimento tradicional associado a recursos genéticos e que foi substituída pela Lei n. 13.123/2015, e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto n. 6040/2007 e que tem como objetivo promover direitos e políticas socioambientais, econômicas, identitárias e culturais desses grupos sociais.

Ao realizar comentário sobre a Farmacopeia, Lucely traz diversos elementos, como a concepção coletiva do documento e a relação política com as plantas:

A Farmacopeia, pra mim, é um instrumento que afirma o nosso conhecimento como raizeira, porque, assim, antes da Farmacopeia a gente falava 'as plantas medicinais' e 'as raizeira', depois que a gente confeccionou uma Farmacopeia, a gente viu que mudou pra gente até o respeito e a nossa afirmação também, como raizeira [...] e a gente tem um produto que foi feito por nós, discutido por nós, raizeira, e pesquisado também por nós [...], todo mundo sente um pertencimento de seu conhecimento ali dentro, ali foi uma junção desses estados que a Pacari trabalha [...], cada um tem a sua planta ali dentro e tem o sinal símbolo da sua raizeira ali dentro. Pra mim, é muito forte, quando a gente recebeu aquela Farmacopeia, ter um produto pra você mostrar pra quem tá fora da Pacari, como que é o nosso conhecimento e como que é o nosso respeito com o meio ambiente. Mas a gente tem

que seguir alguns padrão exigidos procê podê escrevê [...], mais todo mundo sente dono da Farmacopeia, porque todo mundo participou [...], ali você escreveu a história da planta. Vamos escrever a história do barbatimão. Qual é os caminho que a gente tem que percorrer para chegar numa pomada [...] então se vai escrever toda a história dela [...] a história de uso, de sobrevivência dela, quais os ataque que ela tem, que ela sofre no meio ambiente (Pio, 2022).

A Farmacopeia, posteriormente, é integrada ao Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado, também elaborado por um processo coletivo, protagonizado por mulheres, com o apoio da Articulação Pacari. Esse Protocolo é o instrumento político das raizeiras que contem acordos coletivos, valores, princípios, regras, cosmovisões e práticas intergeracionais das raizeiras que, sistematizadas, visam garantir o direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional, que é ameaçada por políticas e leis (Dias; Laureano, 2014). Destaca-se no Protocolo a reivindicação da identidade social do ofício de raizeira do Cerrado como patrimônio imaterial cultural perante o Estado brasileiro, processo do qual Lucely é uma participante ativa. Também vale ressaltar o princípio estabelecido no Protocolo de que "o conhecimento não tem dono, tem herdeiro" (Dias; Laureano, 2014), que Lucely compartilha:

E também eu acho que não deveria ser como colocar a palavra que eu quero falar no tempo que o dono de alguém pega esse bem e transformar aquilo numa outra coisa. Eu acho que deveria ser respeitado e cada um pudesse levar aquele conhecimento e dividir com a quem a pessoa

quierer, pra quem a pessoa quiser ensinar. Não é assim, ser um dono disso, porque a gente não tem essa limitação (Pio, 2022).

Lucely atua em diversas atividades da Articulação Pacari. Ela coordenou capacitações e encontros. Lucely também representa a Articulação Pacari em espaços políticos. Ela é a representante da Articulação Pacari no Conselho Fiscal da Rede Cerrado. Ela também representa a Pacari no Conselho Nacional de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O órgão possui participação desses grupos sociais e do governo. O CNPCT foi instituído pelo Decreto nº. 8.750/2016¹⁷. A PNPCT prevê diversos objetivos, dentre os quais a garantia do acesso à saúde por esses grupos sociais, conforme sua cultura, com ênfase na medicina popular. Sobre sua atuação no CNPCT, Lucely ressalta que começou a pautar em todos os documentos do governo o nome de raizeira, mas até ali era só Pacari (Pio, 2022). A inclusão de raizeira nos diálogos tem um significado político importante, na medida em que há tensões em torno dessa identidade no CNPCT (D'Almeida, 2018).

Lucely também atua na escala internacional, como coordenadora do Comitê Regional (Brasil) e participante no Comitê Diretor Global do Comitê do Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais (DGM), ligado ao Banco Mundial. Lucely relata sobre as contradições e os desafios para desenvolver projetos a partir de uma perspectiva comunitária em instituição ligada a um banco:

[...] depois que eu fui para dentro do DGM é muito interessante, daí você vê como o povo lida com o dinheiro, é muito curioso. A gente tem numa noção, assim a gente que tá de fora. Como é que é um banco que ele é o banco do mundo, né? Como que ele vê a moeda dinheiro, né? E vim para um projeto comunitário, como que é lidar com comunidade com povos diferentes. Então, assim, a gente é uma diferença muito grande, né? E eu falo, assim, o DGM foi uma carteira de projeto que foi uma das primeiras que deu essa visibilidade para as comunidades. Mas a gente também teve um envolvimento muito grande no banco, que hoje eles falam que aprendeu com a gente da maneira de trabalhar. Porque eles trabalham com grandes empresas que é milhões, né? E essas grandes empresas têm seus próprios administrador. Então, assim, algumas normas que eles tem desses grande projeto, eles queria trazer para dentro dos projetos das comunidades que são diferentes, né? Porque a comunidade tem o tempo dela, tem um jeito dela, e eles, quando surgiu o projeto, eles não pensavam nisso. E hoje a gente mostrou pra eles que daquele jeito não funcionava, né? Então teve muita flexibilidade do projeto dentro do banco, né? Então hoje eles falam, assim, que a gente conseguiu construir cinco estrelinha dentro do banco. Hoje o projeto DGM dentro do Banco Mundial tem uma visibilidade muito grande lá fora. Então, nós, do Brasil, somos exemplo para outros países onde tem o DGM, pela quantidade de povos e a maneira que a gente foi conduzindo e, hoje, estamos encerrando a primeira fase do DGM. Então, assim, por exemplo vai ter uma atividade do

¹⁷ Esse órgão funcionou, desde 2004, como Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DGM aqui da comunidade. Aí eles queria que a gente fizesse uma cotação de preço para contratar uma cozinheira. Como que eu vou pegar, abrir uma licitação aí uma cozinheira de outra cidade ganha e vem cozinhar para dentro da comunidade, sendo que a comunidade tem suas próprias cozinheiras, né? E aí a gente teve que ir fazendo isso, dizendo que não funcionava, que ia ter briga, que ia ter atrito dentro das Comunidades. Aí a gente foi conseguindo mudando essa política dentro do banco. Quando se falava da gasolina, para andamento do projeto, tem município que tem um posto de gasolina. Como que você vai fazer licitação em três cidade diferente? Aí foi assim que a gente foi trabalhando essa política do banco e, graças a Deus, a gente foi chegando nos acordo (Pio, 2022).

Lucely relata que antes das viagens a trabalho para fora do Brasil pelo DGM, que incluem projetos comunitários em países do mundo todo, ela busca se conectar com antepassados por meio do pensamento e toma chás de ervas que ela leva do Brasil (Pio, 2022).

Considerações Finais

A política de Lucely na defesa da medicina tradicional, dos conhecimentos sobre as plantas medicinais e do Cerrado é construída com base em uma relação com os antepassados, com as plantas medicinais e em rede. A relação com antepassados é realizada com base na concepção de que a vida subiste para além do estado material,

em formas, como a energia e a memória. A relação com as plantas, por sua vez, possui vínculo com antepassados e com a vivência no Cerrado e se baseia na concepção de que plantas são seres vivos e possuem alma (Cerrado-corpo) e de que, portanto, elas podem criar, produzir e disseminar conhecimento, dialogar, curar e, portanto, ter agência histórica. As plantas, os animais e outros seres não-humanos, na modernidade e no capitalismo, não são percebidos dessa forma, mas sim como objetos, recursos e mercadorias a serem apropriados. Ao viver de forma integrada com as plantas e reconhecer a capacidade de agentes da história das plantas, Lucely não só rompe com o modelo binário e hierárquico moderno-capitalista de separação entre natureza e cultura/humano e não-humano, que possibilita hierarquias, como também promove política, potencializando reivindicações do Cerrado em pé como um direito intrinsecamente ligado a direitos do campo social e cultural, como o direito de praticar a medicina tradicional. Lucely mimetiza os saberes políticos das plantas, pois ela se envolve, enraíza e formata aliados. Assim, na mesma mesa de um deputado federal, discutindo a política de cotas raciais na UnB, Lucely não perde a oportunidade de enfatizar a importância de as pessoas terem um olhar sobre a medicina tradicional. Ela explica que:

[...] como mulher negra, ela precisa falar que as pessoas devem olhar para essa cura, porque tem uma percepção desses órgãos que não sabem o que é uma parteira, uma benzedeira e uma raizeira e a importância dessas mulheres para a saúde pública (Pio, 2022).

Em um mundo que está dominado pelo adoecimento, provocado pelo

distanciamento com a mãe natureza, Lucely enfatiza a retomada dessa conexão, da junção do corpo e do território. As articulações políticas em rede de Lucely, por fim, são realizadas a partir de uma intermediação de (e transição entre) escalas da espiritualidade, familiares, do corpo-território, do Cerrado-corpo, das comunidades, dos quilombos, das redes coletivas, das instituições nacionais e internacionais. Ela faz isso acessando cosmovisões por meio dos antepassados e das plantas medicinais. Assim, Lucely lança suas falas como uma semente alada, buscando adentrar territórios diversos, em espaços e intervalos improváveis. ■

[DANIEL FRANÇA OLIVEIRA]

Doutor em relações internacionais pela PUC-Rio e professor na Academia de Propriedade Intelectual do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
E-mail: danfranca@yahoo.com

[SÍLVIA MARIA FERREIRA GUIMARÃES]

Doutora em antropologia pela Universidade de Brasília e professora na Universidade de Brasília.
E-mail: guimaraes.silvia@gmail.com

Referências

ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 333-358, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/F9NpLCqhy5tzj5GwcHFY86h/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, D.F.: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRAZ, Ytxaha Pankararu. **Rios da história de Toá Kaninã**: Do Opará ao Jequitinhonha. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BUCHILLET, Dominique. A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde. In: BUCHILLET, Dominique (org.). **Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia**: Contribuições científicas apresentadas no Encontro de Belém – 27/novembro a 1º/dezembro de 1989. Belém: CEJUP, 1991. p. 21-44.

CARVALHO, José Jorge de; KIDOIALE, Makota; CARVALHO, Emílio Nolasco de; COSTA, Samira Lima. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, D.F., v. 35, n. 1, p. 135-162, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010007>.

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. O encontro de saberes nas universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 9, p. 23-49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rm.2020.n.9.11128>.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, Presidente Prudente, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/227954>. Acesso em: X.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, D.F., v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abb/a/RhxPXykYPBPbCQCxz8hGtSn/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

D'ALMEIDA, Sabrina Soares. **Guardiãs das folhas**: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Jaqueline Evangelista. [Entrevista cedida a] Daniel França Oliveira. Videoconferência no Zoom. [S. l.]: [s. n.], 20 jan. 2022.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo (orgs.). **Farmacopéia Popular do Cerrado**. Goiás: Articulação Pacari, 2009.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo (orgs.). **Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado**: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. Turmalina: Articulação Pacari, 2014.

FUNDO ECOS. **Fundo Ecos**, c2025. Projeto Fundo Ecos. Disponível em: <https://fundoechos.org.br/projetos/centro-comunitario-de-plantas-medicinas-comunidade-do-cedro/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Papirus. Campinas, 1989.

MEJIA, Lídia. **Educação ambiental e saberes tradicionais das mulheres raizeiras e benzedeiras do Cerrado**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR., Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. esp. 2, p. 193-199, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>.

OLIVEIRA, Daniel França. **O compartilhamento do saber de plantas medicinais de razeiras do Cerrado:** uma análise de processo de (re)(des)constituição a partir de interconexões assimétricas globais. 2023. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. **“Adeptos da mandinga”:** candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana - BA, 1938-1970). 2010. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8604/1/Oliveira.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PFRIMER, Matheus Hoffman; JÚNIOR, Ricardo César Barbosa. Neo-Agro-Colonialism, control over life, and imposed spatio-temporalities. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 9-33, 2017.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005. Acesso em: 27 dez. 2025.

PIO, Lucely Morais. [Entrevista cedida a] Daniel França Oliveira. Mineiros: [s. n.], 19 mar. 2022.

PIO, Lucely Morais. [Entrevista cedida a] Sílvia Guimarães. Brasília, D.F.: [s. n.], 20 jun. 2024.

PLOTKIN, Mark. Traditional knowledge of medicinal plants: the search for new jungle medicines. In: AKERELE, Olaiwola; HEYWOOD, Vernon; SYNGE, Hugh. **The conservation of medicinal plants**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 53-64.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 65-88, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.43543.

RED DE PLANTAS MEDICINALES DEL AMÉRICA DEL SUR. **Plantas medicinales de América del Sur:** diálogos de saberes para la sustentabilidad. Montevideo: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2005.

REDE CERRADO. **Rede Cerrado**, c2025. Nossa História. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS; ARTICULAÇÃO PACARI - PLANTAS MEDICINAIS DO CERRADO. **Pesquisa Popular de Plantas Medicinais**: Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril - Belo Horizonte, Minas Gerais. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio, 2004.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. Prospecting for drugs: european naturalists in the west indies. In: HARDING, Sandra (ed.). **The postcolonial science and technology studies reader**. Durham, London: Duke University Press, 2011. p. 110-126.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, p. 97-144, 1999. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20980.

NO ATUAL ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra. **Terra de Direitos**, [S. l.], 12 mai. 2023. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-anos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23871#>. Acesso em: 25 jan. 2025.

TILLY, Charles. **Durable inequality**. Berkely: University of California Press, 1999.

VIGNOLI, Adriana Patrício. Fluxeira: modos de florestação em processo escultóricos contemporâneos. 2024. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/51325>. Acesso em: 25 jan. 2025.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Narrativas de viagem, comércio de escravos e saberes médico-terapêuticos entre cirurgiões embarcadiços (séculos XVII-XIX)**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, 8, 2012, Madrid: **Anais** [...]. Madrid: [s. n.], 2012.